



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

## **A DECLARAÇÃO DE TEERÃ REVISITADA: UMA ANÁLISE CONJUNTURAL**

**William Robert Krepsky**

**Artigo apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Especialista em Relações  
Internacionais pela Universidade de Brasília**

**Orientador: Juliano da Silva Cortinhas**

**Brasília**

**2019**

## RESUMO

No trabalho, é analisada a atuação da diplomacia brasileira no episódio conhecido como a Declaração de Teerã, uma tentativa de intermediar um acordo nuclear que permitisse ao Irã, na condição de participante do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, obter urânio enriquecido para fins alegadamente pacíficos. Buscou-se pesquisar na fundamentação teórica existente fatos que evidenciassem os principais atributos históricos da política externa brasileira bem como as iniciativas e tratativas peculiares do governo Lula no que diz respeito ao relacionamento internacional brasileiro. Foi analisada a atuação diplomática no episódio em perspectiva com o seu posicionamento e discurso passado, notadamente do uso da tecnologia nuclear pós-redemocratização. O questionamento central do trabalho é: Quais os objetivos brasileiros ao intermediar um acordo nuclear com Teerã e o Ocidente? Propõe-se que, ao se posicionar a favor do Irã, o Brasil agiu estritamente pautado em seus valores históricos, bem como defendeu o seu próprio direito, tendo em vista ter sofrido constrangimentos similares, além de buscar se projetar no cenário internacional atuando em temas antes reservados às grandes potências.

**Palavras-Chave:** Declaração de Teerã; diplomacia brasileira; razões, motivos e objetivos.

## ABSTRACT

The paper analyzes Brazilian diplomacy in the episode known as the Tehran Declaration, an attempt to broker a nuclear agreement that would allow Iran, as a participant in the Nuclear Non-Proliferation Treaty, to obtain enriched uranium for allegedly peaceful purposes. It was sought to investigate the theoretical basis of existing facts that showed the main historical attributes of Brazilian foreign policy that evidences the main historical attributes of the Brazilian foreign policy as well as the initiatives and peculiar negotiations of the Lula government with respect to the Brazilian international relation. It was analyzed the diplomatic action in the episode in perspective with its position and past discourse, notably the use of nuclear technology after re-democratization. The central question of the work is: What was the Brazilian objectives when mediating a nuclear agreement with Tehran and the West? It is proposed that, in positioning itself in favor of Iran, Brazil acted strictly on its historical values as well as defended its own right, in view of having suffered similar constraints, in addition to seeking to project itself on the international scene by acting on issues before reserved for the great powers.

**Keywords:** Tehran Declaration; Brazilian diplomacy; reasons, motives and objectives.

## 1. Introdução

Passados mais de 40 anos após sua entrada em vigor, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP – mostrou-se exitoso na faceta de impedir a proliferação indiscriminada de armamento nuclear entre os Estados, diminuindo, pelo menos em tese, a insegurança mundial embutida na natureza devastadora desses artefatos. Com menos armas, a possibilidade de uma ogiva cair em mãos de grupos paramilitares com objetivos escusos ou Estados com governos frágeis e inconsequentes também é reduzida<sup>1</sup>. Se, por um lado, o tratado foi exitoso sob esse prisma, por outro se mostrou pouco efetivo no sentido de desarmar os Estados detentores de armamento nuclear, que possuem ogivas suficientes para destruir o planeta diversas vezes.

Quando se cita a tecnologia nuclear, o aspecto mais notório que logo vem à tona no imaginário do leitor é o seu poder bélico com poder de ceifar milhares de vidas em uma fração de segundos. Ocorre que as aplicações da tecnologia nuclear vão muito além do horror testemunhado naqueles dias de 1945. A energia nuclear é fonte de propulsão e calor para geração de eletricidade com impactos muito menores que a geração hidrelétrica, por exemplo, pois não gera gases que contribuam para o efeito estufa, demandam áreas muito menores de construção, independe de fatores climáticos e gera poucos resíduos<sup>2</sup>. Na medicina, a tecnologia nuclear permite a detecção de doenças, destruição de cânceres ou avaliação do funcionamento de órgãos. É pensando nesses benefícios que diversos Estados buscam desenvolver seus programas nucleares.

Percebe-se um esforço deliberado das ditas nações nucleares no sentido de barrar esse desenvolvimento, notadamente sob a alegação de que podem vir a se tornar programas com fins bélicos. O próprio estado brasileiro passou por uma série

---

<sup>1</sup> Esta é apenas uma das visões existentes no debate acadêmico. Há controvérsias entre Waltz e Sagan, por exemplo, na medida em que para Waltz, a proliferação controlada pode trazer mais estabilidade ao sistema internacional. Ressalta-se que o debate, até o momento, é inconclusivo. The Spread of Nuclear Weapons: A Debate. Disponível em:

<https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/1995-05-01/spread-nuclear-weapons-debate> Acesso em: 19 fev. 2019

<sup>2</sup> Energia Nuclear – Vantagens e Desvantagens. Disponível em:

<https://energiaeambiente.wordpress.com/2008/02/01/energia-nuclear-vantagens-e-desvantagens/> Acesso em: 19 fev. 2019

de constrangimentos, tendo que provar, de forma reiterada, que seu programa não visava o desenvolvimento de armas nucleares, após a redemocratização.

A Declaração de Teerã foi um esforço brasileiro no sentido de intermediar um acordo, juntamente com a Turquia, para que o Irã obtivesse combustível para seu reator nuclear – para fins alegadamente pacíficos. O questionamento a ser respondido pelo presente artigo é: A atuação brasileira foi condizente com a política externa para a área nuclear pós-redemocratização?

No decorrer do texto percebe-se que sim. O Brasil atuou estritamente dentro da normalidade da sua política externa, bem como de acordo com sua atuação pretérita nos fóruns multilaterais, além de defender seus próprios interesses ao posicionar-se a favor de um parceiro comercial. Mais do que isso, ao defender a posição iraniana, o Brasil defendeu sua própria posição no cenário internacional. O momento particularmente singular vivenciado pelo país, com forte crescimento econômico, ajudou-o a formar as credenciais necessárias para negociar o acordo naquele momento. Todavia, mesmo com essa conjunção de fatores internos e externos e com o acordo efetivamente selado com os iranianos, não houve força política internacional para fazê-lo valer. Apenas o *Soft Power* brasileiro não foi suficiente para transferir a pressão necessária aos grandes *players* nucleares do cenário global, de maneira que a intermediação brasileira foi virtualmente ignorada no âmbito da ONU, que aprovou uma nova rodada de sanções para o país árabe.

Tais conclusões são possíveis graças ao relato disponibilizado pelo então chanceler Celso Amorim, por meio do seu livro “Teerã, Ramalá e Doha, memórias da política externa ativa e altiva”, publicado em 2015, fornecendo informações daqueles que vivenciaram de perto as negociações e os objetivos do Brasil.

Assim, o trabalho foi construído em quatro subtítulos de desenvolvimento, iniciando pela análise dos principais atributos históricos da política externa brasileira, com destaque para o período do governo Lula, no qual houve um maior engajamento em questões sensíveis. Já nesse primeiro momento buscou-se pinçar os atributos correlacionados ao desenvolvimento nuclear, como soberania e não-intervenção. No subtítulo seguinte, buscou-se evidenciar o argumento nuclear brasileiro a partir da redemocratização, as controvérsias acerca da adesão ao TNP e a construção de um paralelo com a questão nuclear iraniana. Avançando, foi analisada a Declaração de

Teerã propriamente dita, sua negociação, seus objetivos e desafios. Por fim, há um subtítulo destinado à análise do episódio levando-se em conta o exposto nos tópicos anteriores, sendo ainda aventadas as possibilidades para o não convencimento da comunidade internacional bem como trazendo à tona conceitos do realismo defensivo.

## **2. Atributos da Política Externa Brasileira e uma fase ativa e ativa**

A condução da política externa brasileira, instrumentalizada por sua diplomacia, possui um grau de êxito incomum para nações em estágios de desenvolvimento similar. Esse sucesso é respaldado pelo exame de diversos fatos históricos, a exemplo dos citados por Pimentel (2016, p. 9, tradução nossa): de “termos mais de 16.000 quilômetros de fronteiras com 10 países vizinhos, que tiveram e ainda tem disputas sérias entre eles, mas que nós vivemos pacificamente” além do fato de que as “fronteiras continentais do país foram estabelecidas por negociação” e, adicionalmente, que em um mundo cada vez mais “interconectado e interdependente, os interesses nacionais e a própria imagem que nós projetamos é continuamente marcada e defendida em fóruns internacionais”. O Brasil consolida seu posicionamento nas relações internacionais buscando a solução pacífica de conflitos e a defesa da paz, sem negligenciar aspectos de soberania como a independência nacional e a não-intervenção, todos princípios expressamente arrolados na Constituição de 1988. Tais atributos são sintetizados por autores como Almeida (2016, p. 19, tradução nossa), ao discorrer sobre as características históricas da diplomacia brasileira: “uma inegável adesão ao direito internacional, a ausência da força como recurso para resolver disputas entre Estados, não intervenção nos assuntos internos de outros países”, entre outros.

Esses princípios constituem os pilares que o Brasil estabeleceu como premissas básicas no seu relacionamento com as demais nações: deve-se sempre buscar o diálogo e a solução desarmada de eventuais controvérsias, mas também respeitar os assuntos internos de cada Estado, se conduzidos com respeito a premissas básicas e tratados dos quais o país seja signatário. Tal entendimento é

corroborado por Silva ao discorrer expressamente sobre o princípio da independência nacional:

O Brasil como uma ex-colônia, ainda com menos de 200 anos de independência política, sempre considerou fundamental em suas relações internacionais não só o respeito a sua independência nacional, mas também a dos demais Estados, seja reconhecendo de maneira explícita a igualdade entre eles, seja reconhecendo como princípio basilar a não intervenção nos assuntos internos dos demais Estados. (Silva, 2013, p. 16)

O princípio da não-intervenção é aquele que busca preservar a autonomia dos Estados, que possuem soberania quando agindo dentro do seu território, desde que não extrapolem preceitos universais básicos, a exemplo dos direitos humanos. As nações são livres para buscarem aquilo que julgam adequado para o seu povo, conduzidos por um governo em um território delimitado, constituindo a tríade de componentes presentes em qualquer conceito de Estado. Todavia, em uma concepção mais ampla, na percepção do ex-chanceler Celso Amorim (*apud* Silva, 2013) a não-intervenção deve ser conjugada com a “não-indiferença”, que é a disposição de colaborar, por meio de canais legítimos, com outros países que se encontrem em situações difíceis.

Tradicionalmente, o Brasil é um país pacifista. Não possui litígios de fronteiras com nenhum vizinho, não se envolveu em nenhum conflito armado com outra nação desde a promulgação da Constituição de 1988 e vem condenando sistematicamente ações estrangeiras de cunho militar. Adicionalmente, o país mostra-se como um verdadeiro capitão da paz ao liderar mais de 20 missões de paz das Nações Unidas desde 1957 (Silva, 2013). Esses são os princípios explícitos na Carta Magna de 1988, um verdadeiro espelho dos valores da cultura brasileira e da visão dos constituintes daquele período. Ao lado destes, existem ainda os princípios implícitos, oriundos de uma construção histórica da diplomacia nacional. Em síntese, na visão de Cervo, os três principais elementos e valores da política exterior brasileira são o pacifismo, o juridicismo e o pragmatismo. Para o autor, “o pacifismo é uma opção filosófica que conta com o apoio de fatores socioculturais, tais como a satisfação com o território e a abundância de recursos naturais, a heterogeneidade

cultural, a tolerância social, a tranquilidade diante dos vizinhos (Cervo, 1994, p. 26)”.  
O juridicismo, por sua vez, reflete a ideia do respeito pelos tratados e convenções, impulsionado originalmente como um mecanismo de autodefesa logo após a independência nacional. O Brasil possui grande apego ao sistema multilateral, de forma que historicamente respeita os tratados internacionais e compromissos assumidos.

Por fim, o pragmatismo, que na lição do autor:

[...] induz a adequação das percepções dos reais interesses nacionais aos desígnios externos, de forma a fazer prevalecer o resultado sobre o conceito, os ganhos concretos e materiais sobre os valores políticos ou ideológicos, a oportunidade sobre o destino, a liberdade de ação sobre o empenho do compromisso, o universalismo sobre a camisa-de-força dos particularismos, a aceitação sobre a resistência aos fatos. (Cervo, 1994, p. 27)

Todos esses valores estão enraizados na diplomacia brasileira, muito além de estarem apenas formalmente previstos na Constituição de 1988. São verdadeiros balizadores de atuação que norteiam o embasamento técnico e político das decisões diplomáticas, em todos os níveis hierárquicos. Para o autor, em termos comparativos, o grau de previsibilidade da política exterior brasileira é dos mais elevados. Segundo ele, “através do tempo, constituiu-se um conjunto de valores e princípios de conduta externa que perpassou as inflexões e mudanças da política” (Cervo, 1994, p. 26).

Dois vertentes são aparentes e elevadas a um patamar desprovido de hierarquização entre elas: de um lado a negociação, a não imposição da força, a atuação em foros multilaterais, o uso do *Soft Power*<sup>3</sup> e a crença no valor maior da cooperação sobre os conflitos e na natureza positiva do ser humano, bem como a responsabilidade dos Estados. De outro, a manutenção da soberania dos Estados, a possibilidade de definir seu próprio destino sem ingerências externas, a possibilidade do uso de tecnologias a seu favor para fins pacíficos (entre elas, a nuclear), a luta

---

<sup>3</sup> No conceito de Nye, “poder brando” é a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez de coerção. O poder coercitivo seria a ostentação militar e sanções econômicas, classificadas por Nye de “poder bruto”, enquanto a identidade cultural, ideológica e política comporiam o “poder brando”. (Gueraldi, 2006, p. 65)

contra a cristalização do poder no cenário internacional e o aumento da sua própria segurança.

Ao lado dos princípios supra arrolados, autores ainda elevam o universalismo ao rol dos atributos da diplomacia brasileira. Para Lessa (1998, p. 29) “a lenta e gradual constituição de um impressionante acervo de contatos bilaterais é um dos patrimônios mais sólidos da política exterior do Brasil”. O país sempre se mostrou inclinado a manter as portas abertas a praticamente todo o globo, constituindo um verdadeiro portfólio de potenciais parceiros políticos ou econômicos. Para o autor, a vocação universalista e a inserção internacional multifacetada ainda caracterizam em grande medida o Brasil, tornando-o um parceiro importante em muitas ocasiões, tanto dentre as nações que o demandam quanto como demandante, transformando-o em um parceiro ideal para ultrapassar e superar constrangimentos.

Por fim, essa capacidade de articulação também foi e é utilizada como capital de intermediação, de forma que esse capital é utilizado como forma de obtenção de maiores margens de autonomia no processo decisório internacional. Na condição de intermediador, o país vinha ganhando visibilidade e reconhecimento em sua capacidade de lidar com questões que extrapolam suas fronteiras físicas e contribuem para a estabilidade e paz internacionais. Tal evidenciação foi marcante no governo Lula mas não perdurou durante as Administrações seguintes, possivelmente por fatores econômicos mas também por desinteresse dos chefes do Executivo.

No início dos anos 2000, o Brasil passou a vivenciar um processo inédito de projeção mundial, catapultada por um crescimento econômico sustentável e consistente, com inflação controlada, aumento de renda *per capita* e diminuição da desigualdade social. Na década, o PIB nacional cresceu 37,0%. Comparativamente, o PIB mundial cresceu 28,1%<sup>4</sup>. Conjugando as diversas políticas públicas nacionais em favor dos produtos de origem primária e pequeno grau de industrialização, bem como usufruindo de fatores climáticos localmente positivos e situações mercadológicas incomuns, o Brasil se beneficiou enormemente de um ciclo de crescimento no preço das *commodities*, obtendo grande vantagem competitiva no período, gerando, como

---

<sup>4</sup> Dados extraídos de:

<https://databank.worldbank.org/data/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG/1ff4a498/Popular-Indicators>  
Período de avaliação: 2001 a 2010. Filtros utilizados: GDP growth (anual %). Países selecionados: Brazil e World. Acesso em: 24 jan. 2019.



resultado, uma série contínua positiva na balança comercial brasileira da ordem de US\$ 300 milhões<sup>5</sup> e a obtenção do grau de investimento pelas agências internacionais de avaliação de risco.

Nesse cenário, houve vários movimentos da diplomacia brasileira no sentido de projetar a nação e levar o Brasil ao status de *global player*. Amorim advogou em favor de uma política externa ativa e altiva para o Brasil (conforme subtítulo de sua obra mais recente). Ativa no sentido de deixar de lado a posição tipicamente reativa, agindo somente quando provocada, mas efetivamente detendo a iniciativa das ações e movimentando as peças necessárias para defesa dos interesses nacionais e objetivos diplomáticos. Altiva porque, naquele momento, o Brasil buscou atuar em assuntos anteriormente reservados às grandes potências, como a agenda de segurança internacional e grandes acordos comerciais.

Mudanças na cena internacional desde os anos 2000 e a mudança na percepção dos grandes mercados emergentes influenciaram enormemente as condições de visibilidade internacional do Brasil. A perpetuação da estratégia de firme comando da estabilidade econômica do país também contribuiu para projetar a imagem de um grande, estável mercado consumidor. Na cena internacional, o Brasil demonstrou um perfil assertivo, como se vê, por exemplo, na determinação com que a diplomacia objetivou um papel de protagonista no desdobramento das negociações em relação às mais diversas questões da agenda contemporânea. (Lessa, 2010, p. 2, tradução nossa)

O Brasil dessa década se beneficiou da consolidação das tendências da política internacional da década anterior: a ascensão dos grandes mercados, a emergência e centralidade de novos assuntos e a valorização dos foros multilaterais. No período, o Brasil manteve a ênfase no multilateralismo e na importância dos tratados e convenções internacionais como resposta à interdependência complexa que se desenhou no quadro político mundial, mas “defendeu mais enfaticamente o conceito de soberania nacional e a busca por liderança, que poderia ser alcançada por meio de uma ação diplomática mais dinâmica (Jesus, 2010, p. 6)

Além do estreitamento das relações com os tradicionais parceiros regionais e mundiais, como Estados Unidos e Argentina, novos parceiros comerciais e políticos

---

<sup>5</sup> Dados extraídos de: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Período de avaliação: 2001 a 2010. Arquivo utilizado: “Totais Mensais e Acumulados”, coluna “Saldo US\$ FOB”. Acesso em: 24 jan. 2019

foram trazidos à esfera de influência brasileira em macrorregiões globais até então virtualmente negligenciadas, a exemplo do Oriente Médio. Jesus (2010) destaca que na busca por um um assento de destaque no nível internacional, o Executivo concluiu ser necessário diversificar as parcerias diplomáticas do Estado para assegurar a necessária autonomia e reduzir a dependência do Norte. É imperioso ressaltar que não houve enfraquecimento dos laços com as grandes potências, mas o fortalecimento das alianças Sul-Sul e acordos com parceiros não tradicionais. Esse movimento é confirmado pelo então chanceler Amorim:

Inicialmente, os objetivos desse “pivô árabe” se revestiam de uma aparência predominantemente comercial, mas a aproximação com os países árabes tinha uma dimensão política que certamente não escapava ao presidente. A busca de mercados diversificados e o esforço para consolidar a multipolaridade se somaram ao anseio legítimo do Brasil por maior participação em questões relacionadas à paz mundial. Do ponto de vista de nossa política externa, a expansão do nosso relacionamento com uma região do mundo até então relativamente pouco explorada pela diplomacia brasileira abria avenidas para o tratamento de temas multilaterais de grande interesse para nosso país, como as negociações da OMC e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. (Amorim, 2015, p. 125).

Nota-se um esforço deliberado e consciente da diplomacia brasileira no sentido de dar maior projeção à imagem brasileira e reforçar o universalismo como fundação para os projetos de interesse da nação.

Especificamente com relação ao Irã, historicamente o Brasil tem uma balança comercial favorável nas transações comerciais. De 2001 a 2010 o superávit na balança comercial com aquele país foi de mais de US\$ 11 bilhões<sup>6</sup>. Para a Divisão de Inteligência Comercial do Ministério das Relações Exteriores, “a expressividade dos saldos obtidos junto ao mercado iraniano fica mais evidente ao se ter em conta que, em 2015, por exemplo, foi com o Irã que o Brasil contabilizou o sétimo maior superávit individual em transações comerciais de bens.” (MRE, 2016, p. 4). Os principais produtos de exportação brasileira são cereais, carnes e soja. O então titular do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Comércio (2016), Marcos Pereira, destacou em reunião no âmbito da Comissão Econômico-Comercial Bilateral Brasil-Irã que “para além do já consolidado comércio de itens alimentícios, entendo haver

---

<sup>6</sup> Dados extraídos de: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> . Filtros utilizados: Período de 2001 a 2010, País Irã, Exportações e Importações

grande espaço para produtos de maior valor agregado. Mencionaria, por exemplo, veículos automotores e autopeças, aeronaves, equipamentos médicos e hospitalares, máquinas e equipamentos” (MDIC, 2016). De acordo com o então ministro, a expectativa é superar a cifra de US\$ 5 bilhões anuais nos próximos anos.

### **3. O argumento nuclear brasileiro a partir da redemocratização e a questão nuclear iraniana.**

No que diz respeito ao desenvolvimento e uso da tecnologia nuclear, o país afirma de forma reiterada, após a redemocratização, seu uso para fins estritamente pacíficos, sem abdicar das oportunidades inerentes ao seu domínio. O Ministro da Defesa de 2007 a 2011, Nelson Jobim, afirmava naquele período que o Brasil não iria abrir mão de concluir seu Programa Nuclear com o domínio completo do ciclo do combustível nuclear, mas descartava que o país tinha interesse em construir a bomba atômica. De acordo com o ex-ministro, a tecnologia visa gerar uma alternativa viável de propulsão para o submarino brasileiro, prioridade da Marinha, e gerar energia elétrica<sup>7</sup>. Já Celso Amorim, em seu discurso na cúpula da organização *Global Zero: A World Without Nuclear Weapons* enfatizou que “no longo prazo, o TNP (Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares) só pode sustentar-se caso seus três pilares – desarmamento, não-proliferação e usos pacíficos da energia nuclear – sejam manejados de maneira equilibrada”, sendo vital que não seja negado, a nenhum país, o direito de desenvolver energia nuclear com fins pacíficos (Brasil, 2010).

O discurso formal está alinhado ao ordenamento jurídico nacional, encampado principalmente pela Constituição de 1988 e pelos diversos normativos oriundos da ratificação de tratados internacionais firmados pelo país, a exemplo do Decreto nº 1.246, de 16 de setembro de 1994 (Tratado de Tlateloco – proibição de armas nucleares na América Latina) e do Decreto nº 2.864, de 7 de dezembro de 1998 (ratifica a adesão ao TNP). Adicionalmente, diversos outros instrumentos pertencentes ao arcabouço jurídico nacional preveem o caráter pacífico do uso da tecnologia, a exemplo do Decreto nº 9600, de 5 de dezembro de 2018 (consolida as

---

<sup>7</sup> Jobim, Nelson. Disuasão. Disponível em: <http://www.inforel.org/jobim-descarta-bomba-atmica-mas-nao-abre-mao-de-submarino-nuclear> Acesso em: 03 fev. 2019

diretrizes da Política Nuclear Brasileira) e da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada por meio do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Entretanto, o Brasil, ao proibir a si mesmo o acesso ao armamento nuclear, não deve se despojar da tecnologia nuclear, devendo, pelo contrário, promovê-la. (Brasil, 2008).

Em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e depois de quase três décadas de inércia, o Brasil ratificou o TNP, muito em função da necessidade de inserir o país em um contexto liberal e globalizado, com primazia da questão econômica sobre a militar. Na ocasião, de acordo com o então Presidente da República “o compromisso com o uso pacífico da energia nuclear projeta a imagem do Brasil, aumenta nossa influência nas grandes questões internacionais e facilita a promoção do desenvolvimento tecnológico e científico (Brasil, 1997). Naquele momento, houve a crença de que a fortificação econômica e comercial, coesão social e estabilidade política seriam caminhos alternativos para conquistar grande influência no cenário internacional. Adicionalmente, Cardoso assim destacou:

Ausentando-se do Tratado, o Brasil nada ganha. Entrando, nada perde, até porque já assumimos compromissos de não-proliferação na Constituição de 1988 e em outros acordos. Mas, ao ingressar no TNP, o Brasil pode ganhar muito, em termos de projeção internacional e participação em mecanismos de decisão. Estamos fortalecendo ainda mais as nossas credenciais e nossa credibilidade. (Brasil, 1997, p. 673)

Por outro lado, naquele momento e mesmo transcorridos mais de vinte anos da adesão, resta muita contrariedade em relação ao acerto em assinar o TNP. Observa-se, que além dos cinco países que já possuíam armas nucleares quando da criação do TNP, Israel, Índia e Paquistão, que nunca aderiram, se tornaram nucleares desde então, os dois primeiros com a anuência (ainda que não explícita) de algumas das principais potências. Por outro lado, países não alinhados, como o Irã, mesmo que signatários do tratado, sofreram e continuam sofrendo pressões para o abandono completo de seus programas nucleares. Tal tratamento díspar se revela injustificável, pelo menos tecnicamente. Em entrevista concedida, Rocha (2010) relembra que tradicionalmente, a posição brasileira foi a de não ter o artefato (nuclear), mas não aderir ao TNP por o considerar discriminatório, afinal, de acordo o tratado, os países que já têm a tecnologia poderiam continuar com ela, e aqueles que não a tinham, não poderiam mais ter. Na visão do entrevistado, “isso cria duas qualidades de Estado

distintas, e o Brasil dizia que isso vai contra a sua política externa, baseada em normas que são as mesmas para todos.” O especialista conclui que “foi um erro assinar o TNP. Essa é minha opinião pessoal. O Brasil era o único país que tinha transparência suficiente em seu programa nuclear para deixar claro que não tinha interesse em desenvolver o artefato.” A ratificação do tratado ocorreu depois de acirrada discussão nos altos escalões do governo:

Collor considerou o TNP como um tratado fundamentalmente injusto que não servia aos interesses brasileiros. É importante salientar que mesmo Cardoso, que eventualmente assinou o TNP, permaneceu tão apegado à busca da autonomia tecnológica quanto seus predecessores, consistentemente defendendo o direito inerente de salvaguardar segredos industriais nativos. Ele, como seus predecessores militares, estava convencido de que as maiores potências nucleares abraçaram o regime de não proliferação de forma seletiva, simultaneamente agindo como um cartel nuclear e definindo as regras do jogo com o objetivo de evitar que países em desenvolvimento obtenham a tecnologia do ciclo de combustível, a despeito da legalidade sob os termos do TNP. (Spektor, 2016, p. 646, tradução nossa)

Com a transição de governo para um partido de centro-esquerda, a despeito de temores estrangeiros, o país manteve sua postura de utilizar a tecnologia nuclear exclusivamente para fins pacíficos, advogando ainda em favor dos Estados que desejassem obter o conhecimento nuclear. Jesus (2010) esclarece que permaneceu em voga o fato de que o Brasil identificou que a manutenção de uma postura cooperativa com a comunidade internacional no tratamento de assuntos relacionados à não proliferação nuclear e a seu uso pacífico “traria benefícios múltiplos, como a ampliação de sua atuação no desenvolvimento de regras e normas que limitassem ações unilaterais das grandes potências e preservassem a flexibilidade para articulação dos interesses das potências emergentes” (Jesus, 2010, p. 6). Nesse cenário, para o presidente Cardoso e seus assessores próximos, restou clara a percepção de que quem se omite ou não participa dos debates, não possui legitimidade posterior para criticar ou exigir mudanças nas ações anteriormente definidas, notadamente a crítica dada à ênfase, por parte das nações nucleares, no pilar da não-proliferação, em detrimento do desarmamento e uso pacífico da tecnologia.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Novamente, ressalta-se que até hoje existem autores e autoridades que criticam a adesão. O ex-ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, teceu críticas ao

Posteriormente, a despeito da adesão voluntária do país ao TNP, o Brasil não passou ileso por constrangimentos impostos pelas potências nuclearizadas. Apesar de constantes pressões internacionais, o país recusou-se a aderir ao Protocolo Adicional ao Acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA para Aplicação de Salvaguardas, pois a adesão poderia criar problemas para a segurança da tecnologia desenvolvida em território nacional, notadamente as ultracentrífugas independentes. Em 2004, apesar de franquear o acesso às instalações nucleares em Resende, o Brasil utilizou coberturas visuais que não permitiram aos inspetores da AIEA visualizar detalhes das centrífugas. Tal limitação, a despeito dos esforços brasileiros em contribuir para a não proliferação nuclear, não só ampliou as suspeitas sobre o programa nuclear brasileiro como criou um precedente para que outros Estados exigissem as mesmas concessões (Jesus, 2010).

Dessa forma, a comunidade internacional estava exigindo que o Brasil provasse novamente que seu programa nuclear possuía fins exclusivamente pacíficos, mas isso significava, por tabela, que segredos industriais que forneciam considerável vantagem competitiva no processo de enriquecimento de urânio ao país fossem revelados. Para o então chanceler Amorim, trata-se de uma prova negativa, impossível de ser comprovada, da mesma forma que ocorreu com o Iraque: “Mesmo quando a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) já tinha dito que o Iraque não tinha essas armas, continuava-se dizendo que ele não tinha provado que não tinha um programa nuclear.” (Peixoto, 2010).

Durante o início dos anos Lula, Brasil também resistiu em assinar o Protocolo Adicional da AIEA, objetivando garantir aos inspetores acesso mais amplo às instalações nucleares. O argumento era que o Protocolo Adicional era não apenas muito intrusivo, mas constituía mais um exemplo de estados nuclearmente avançados impondo vantagens comerciais sobre potenciais competidores do hemisfério sul. O governo Lula também levou adiante os planos para construir um submarino movido a energia nuclear. (Spektor, 2016, p. 646, tradução nossa)

---

instrumento: “Por não possuir um mecanismo eficiente que garanta o desarmamento por parte dos países já possuidores de armas, o TNP congelou o status quo (do poderio nuclear mundial). O que o Brasil ganhou além de uma fotografia ao lado das nações comportadas? Desde então houve um grande desinvestimento na área nuclear e nosso programa para fins pacíficos, inclusive na medicina nuclear, pouco avançou” (Etchengoyen, 2018).

Assim, nota-se que, apesar de aderir ao tratado para evitar o isolacionismo e possibilitar a inserção no cenário internacional, os ganhos dessa limitação voluntária da soberania nacional são difíceis de mensurar. O TNP teve relativo sucesso em uma das bases do seu tripé: a não-proliferação. Todavia, com relação às outras duas bases: desarmamento por parte das potências anteriormente nuclearizadas e o direito inalienável dos países desenvolverem seus programas nucleares com fins pacíficos, nota-se que os resultados são negativos ou frustrantes. Adicionalmente, apesar da assinatura do TNP, se permaneceram as pressões e a desconfiança sob o Brasil, houve realmente ganhos ao país? Tal resposta não é simples de formular. A História, ao contrário da Física, não permite afirmações seguras ou absolutas sobre conseqüências decorrentes da mudança de uma única variável. Assim, é impossível mensurar qual seria o acesso do país aos fóruns multilaterais internacionais, quais seriam os mercados disponíveis para o comércio nacional e em que grau seriam impostas dificuldades à atuação brasileira sob a alegação de sermos uma nação com um “programa nuclear com intenções obscuras”.

Tais constrangimentos foram e são ainda experimentados, por exemplo, pelo Irã. Em se tratando de um país “não-alinhado” com o Ocidente, notadamente em questões religiosas, forma de governo e geograficamente inserido em uma região explosiva, apesar de signatário do TNP, enfrenta várias dificuldades capitaneadas pelos Estados Unidos, inclusive materializadas no âmbito da ONU, em forma de sanções econômicas. Dessa maneira, ressalvadas as questões religiosas, culturais e econômicas, há certa semelhança do Brasil com o Irã. Ambos, mesmo que signatários voluntários do TNP e fornecendo, em maior ou menor grau, condições para que a AIEA pudesse atestar o fim pacífico de seus programas, sofreram constrangimentos das potências nuclearizadas no sentido de abandonar seus progressos nucleares e suas pesquisas, a despeito dos esforços dessas duas nações no sentido de manter os canais de diálogo e criação de um ambiente mínimo de confiança. Atualmente a AIEA reconhece o caráter pacífico dos programas nucleares brasileiro e iraniano, informando que o Brasil “é um membro ativo da comunidade internacional para a promoção dos fins pacíficos da energia nuclear” e que o Irã “recebe assistência [dos programas da AIEA] para melhorar a segurança, o

desempenho e a confiabilidade das centrais nucleares e também para promover as aplicações pacíficas da tecnologia nuclear em vários campos.”<sup>9</sup>

O que ficou conhecido como “a questão nuclear iraniana” expressa o temor de que o país se nuclearize, contribuindo para desestabilizar ainda mais a região do Oriente Médio, que já sofre com numerosas tensões: o histórico e persistente conflito entre Israel e Palestina, Israel detentor de armas nucleares, a rivalidade de sunitas e xiitas, as instabilidades internas domésticas e regionais, a Primavera Árabe, a fragmentação política do Iraque e a crise na Síria são apenas alguns exemplos (Rocha e Pereira, 2014).

O discurso com viés radical do ex-presidente Ahmadinejad, a falta de comunicação do governo iraniano em reportar determinados avanços em seu programa nuclear e a impressão de que o Irã resiste ao monitoramento internacional resulta em uma percepção do país como inimigo do Ocidente.

Isso contrasta fortemente, por exemplo, com o caso de Israel. Com efeito, embora não tenha assinado o TNP e sabidamente possua artefato nuclear não declarado oficialmente, o país está longe de ser usualmente percebido como uma ameaça ao Ocidente. Refém dessa imagem e inserido na peculiar dinâmica política do Oriente Médio, o Irã é alvo de desconfiança de países como Israel e Arábia Saudita, que, embora por razões distintas, temem sua maior projeção. (Rocha e Pereira, 2014, p. 8-7).

#### 4. A Declaração de Teerã

Em apertada síntese histórica, o programa nuclear iraniano remonta ao final da década de 1950, quando, por meio do Programa Átomos da Paz (iniciativa estadunidense), o país teria acesso a 26 quilos de urânio levemente enriquecido (LEU), para fins de pesquisa. Já em 1967, o Irã firmou tratado com os Estados Unidos e com a AIEA “para garantir o suprimento de um reator de cinco *megawatts*, e os norte-americanos abasteceram os persas na década seguinte, com combustível nuclear e equipamentos necessários para que o Irã desse início a suas pesquisas.” (Ravison, 2015, p. 5). Em 1968, o país assinou o TNP, ratificando-o em 1970 e

---

<sup>9</sup> Country Nuclear Profiles: Brazil. Disponível em: <https://cnpp.iaea.org/countryprofiles/brazil/brazil.htm> Acesso em: 21 fev. 2019.  
Country Nuclear Profiles: Iran. Disponível em: <https://cnpp.iaea.org/countryprofiles/IranIslamicRepublicof/IranIslamicRepublicof.htm> Acesso em: 21 fev. 2019



aderindo ao seu Acordo de Salvaguardas em 1974. O Acordo englobava controle de materiais e provisão de informações à AIEA.

Houve apoio dos Estados Unidos, França e Alemanha ao programa nuclear iraniano até pouco antes da Revolução Iraniana, ocorrida em 1979. Já na primeira metade da década 1970, o apoio, antes fornecido de maneira cautelosa, passou a minguar. “Foi quando a Índia testou sua bomba nuclear, em 1974, que os países ocidentais passaram a nutrir desconfianças quanto às reais intenções do xá, que poderia procurar desenvolver armamentos nucleares no futuro.” (Ravinson, 2015, p. 6). Com o advento da Revolução Islâmica, em 1979, e um “desalinhamento” com o Ocidente, cessou o apoio das potências ocidentais ao programa nuclear iraniano. Posteriormente, na década de 1980, a guerra do país com o Iraque paralisou qualquer avanço nuclear. Já no início da década de 1990, foi anunciado um acordo de cooperação nuclear bilateral com a Rússia, no qual, entre outros avanços, estava assegurado o suprimento de um reator de pesquisas, uma instalação de fabricação de combustível e uma centrífuga a gás. Ao tomarem conhecimento dessas negociações, os Estados Unidos pressionaram os russos para abandonarem o acordo – o que efetivamente ocorreu. Adicionalmente, seguiram pressionando outros prováveis parceiros iranianos, tais como China e Argentina (Ravinson, 2015). Em agosto de 2002, a situação de desconfiança foi acentuada pela revelação por parte de um grupo iraniano conhecido como Conselho Nacional de Resistência do Irã, da existência de instalações nucleares não declaradas pelo país. A partir de então houve uma série de avanços e retrocessos no diálogo com os persas. Desde a assinatura do Protocolo Adicional, passando por inspeções da AIEA sem encontrar evidências de um programa nuclear militar, mas com aumento nos questionamentos a respeito da importação de material sensível e sobre instalações nucleares.

No episódio que deu origem à Declaração, o Irã solicitou à AIEA combustível levemente enriquecido a 20% (insuficiente para fins bélicos) para seu reator de pesquisas. Nesse contexto, o Grupo de Viena, composto por Estados Unidos, França e Rússia, três dos maiores detentores de ogivas nucleares e membros do Conselho de Segurança da ONU, percebeu uma oportunidade de permuta, na qual o Irã entregaria 1.200kg de LEU por 120kg de combustível para o seu reator. “Pretendia-se transformar, assim, a compra que o Irã tinha direito (com base no TNP) em um

criativo escambo, por meio do qual o Grupo de Viena conseguiria reduzir o estoque de LEU iraniano.” (Rocha e Pereira, 2014, p. 12). O pano de fundo foi descrito pelo então chanceler brasileiro:

Como em geral ocorre com as ideias aparentemente simples, pelo menos na política havia algumas questões a resolver. A primeira delas dizia respeito à quantidade de urânio a 20% contido nas pastilhas de combustível que o Irã iria obter e, por conseguinte, a quantidade (peso) de LEU que o Irã entregaria. A razão entre uma e outra era, como assinalai, de 1 para 10 [...]. Como a quantidade que deveria ser retirada, segundo os proponentes, para privar o Irã de ter uma bomba em prazo curto era de cerca de 1.200 quilos de LEU, seria necessário convencer o Irã a adquirir 120 quilos do elemento combustível. Tal fato, em si mesmo, já era um problema, uma vez que, como me foi várias vezes afirmado pelas autoridades iranianas em conversas subsequentes, uma quantidade bem menor de elemento combustível seria suficiente para o período de vida remanescente do reator. Uma segunda dificuldade residia no local onde o LEU ficaria depositado até que fosse transformado em elemento combustível ou que este lhe fosse entregue. Em várias oportunidades, o governo de Teerã expressou inconformidade com a proposta ocidental de que o urânio enriquecido de sua propriedade fosse enviado a outro país. Considerava essa exigência uma afronta à sua soberania. Além disso, com base em experiências anteriores, que vinham desde o tempo da brusca transição do regime do xá para o de República Islâmica, Teerã nutria grande desconfiança com relação ao Ocidente. Temia que, caso algo desse errado no decorrer do processo, o LEU que lhe pertencia não fosse devolvido. Não é difícil imaginar o grau de insegurança que esse tipo de temor inspirava nos agentes responsáveis pela negociação [...]. Finalmente, haveria ainda que se resolver um terceiro problema, relativo aos “tempos” das diferentes ações envolvidas na troca. Teerã sustentava que não era justo embarcar de imediato o LEU que lhe pertencia e ter de aguardar por um longo período, provavelmente mais de um ano, para receber o elemento combustível. Nos termos metafóricos com que a proposta fora apresentada, não havia razão para que o Irã fizesse um “pagamento” com tanta antecipação. Nas negociações que ocorreram, alguns meses mais tarde, já com a participação do Brasil e da Turquia, o Irã insistiu no conceito de simultaneidade: a liberação do LEU somente se daria quando da entrega das pastilhas de combustível. Ao longo do tempo, esse conceito foi sendo flexibilizado: Teerã parecia se satisfazer com uma espécie de simultaneidade parcial, isto é, liberaria uma parte, provavelmente metade, quando o acordo fosse adotado e o restante no momento do recebimento do elemento combustível. Mas isso tampouco foi considerado aceitável pelos proponentes do lado ocidental, ansiosos por promover uma redução substancial e imediato do estoque de LEU existente no Irã. (Amorim, 2015, p. 31-32)

O chanceler brasileiro relata que, transitando nos fóruns internacionais e reuniões cujo assunto estava em pauta, tomou conhecimento da questão. Na opinião do chanceler, as propostas não estavam de acordo com as aspirações, obrigações e direitos de um país signatário do TNP:

Esse acompanhamento, mesmo a certa distância, era suficiente para que eu percebesse com alguma clareza que as “ofertas” ocidentais estavam fadadas à recusa por desconhecerem um fato essencial: o Irã jamais aceitaria um esquema que o privasse da possibilidade de enriquecer urânio, um direito que o Tratado de Não Proliferação, apesar de todos os seus desequilíbrios, não veda aos Estados ditos “não nucleares” (ou seja, não possuidores de armas nucleares). (Amorim, 2015, p. 16)

A iniciativa brasileira não ocorreu de maneira autônoma ou desvinculada da chancela estadunidense. Pelo contrário, houve demonstrações explícitas de apoio à mediação, a exemplo da carta redigida pelo presidente Barack Obama ao presidente Lula. No documento, o chefe do Executivo dos EUA informa que a proposta da AIEA foi construída para ser “justa e balanceada”. No documento, Obama prossegue informando que, “para nós, a concordância do Irã em transferir 1.200 quilos do urânio iraniano levemente enriquecido para fora do país irá gerar confiança e reduzir as tensões regionais [...]”<sup>10</sup> O presidente norte-americano deixou claro que esse elemento (o envio de 1.200 quilos de LEU para fora do país) era de fundamental importância para os Estados Unidos.

Todavia, mesmo no âmbito interno da administração norte-americana, não havia consenso para apoiar o acordo. Tal conflito está demonstrado nas memórias de Amorim ao discorrer sobre uma reunião com a então secretária de Estado Hillary Clinton, informando que, mais uma vez, a representante “ênfaticamente enfatizou a desconfiança em relação aos dirigentes do Irã. Mais uma vez, disse que as autoridades iranianas, valendo-se de nossa boa-fé, faziam promessas que não pretendiam cumprir.” (Amorim, 2015, p. 62). De qualquer maneira, o acordo proposto pelo governo brasileiro cobria os principais pontos da carta de Obama, de maneira que a Declaração representaria o passo inicial para a melhora nas relações do país persa com o restante da comunidade internacional. Demais arestas poderiam ser aparadas futuramente.

Assim sendo, após longas negociações e tratativas, o Irã aceitou as condições impostas pelo Grupo de Viena, em acordo intermediado pelo Brasil. A Declaração foi encaminhada para a Agência Internacional de Energia Atômica em 17 de maio de 2010. Logo em seu primeiro parágrafo, a Declaração reiterava o “reconhecimento do

---

<sup>10</sup> Íntegra da carta disponível em: <http://www.crethiplethi.com/obama-letter-to-lula-regarding-brazil-iran-turkey-nuclear-negotiations/islamic-countries/iran-islamic-countries/2011/> Acesso em: 29 jan. 2019

direito de todos os Estados-Parte do TNP de utilizar a tecnologia nuclear para fins pacíficos” e também referenciava a “República Islâmica do Irã como um dos Estados que faz jus ao mencionado direito” (Amorim, 2015, p. 81).

Entre as primeiras reações, o chanceler destaca uma conversa com a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton, relatando perplexidade e até mesmo decepção com o desfecho das negociações brasileiras. Na opinião do chanceler, “Hillary temia que a Declaração de Teerã representasse um obstáculo à aprovação das sanções pelo Conselho de Segurança” e que “os Estados Unidos já contavam com o apoio do P5 e que, portanto, continuariam a trabalhar por uma resolução do CSNU condenatória do Irã, contendo em seu bojo novas medidas coercitivas.” (Amorim, 2015, p. 84).

Dessa forma, apesar de os estadunidenses (notadamente na figura do presidente Obama) abençoarem previamente os esforços brasileiros no sentido de intermediar um acordo com o Irã, resta claro que a direção pretendida dentro de alguns círculos de poder daquele país era a oposta. Ao invés de avançar no sentido de inserir o Irã no cenário internacional, permitindo o acesso ao combustível pretendido em termos de troca estritamente definidos – conforme proposta brasileira – a intenção era a de obter algum ganho no sentido de permitir mais inspeções de vistoriadores internacionais em suas instalações nucleares ou até mesmo o abandono completo do seu programa nuclear. No desfecho de seus comentários sobre o episódio, Amorim reflete:

O processo está chegando ao fim. A arrogância dos P5, inclusive China e Rússia, que negociaram isenções de seu interesse exclusivo, terá prevalecido sobre os esforços pacifistas de dois *outsiders*. O sistema político mundial ainda não foi capaz de absorver as mudanças (...) na geometria do poder. Mas isso ocorrerá fatalmente, ainda que [a espera] dure vinte ou trinta anos. E [quando ocorrer] será em benefício da paz no mundo. (Amorim, 2015, p. 91)

## 5. A análise

Em Relações Internacionais, existem duas concepções principais sobre o comportamento dos Estados: a primeira afirma que os Estados possuem “natureza humana”, inerentemente conflituosa e buscando primordialmente a sobrevivência. A segunda atesta que a natureza conflituosa está relacionada com características do

sistema no qual os Estados estão inseridos, cujo atributo principal é a anarquia. Inicialmente, é possível analisar o veto do CSNU ao acordo como a busca pela manutenção de uma certa posição de superioridade por parte dos seus membros, considerando que todos são nações nuclearizadas. A mera possibilidade de entrada de mais um participante nesse seleto grupo acabaria por eliminar uma vantagem ainda muito forte no sistema internacional, mesmo que as armas nucleares sejam consideradas preponderantemente como dissuasórias. Cite-se o exemplo da invasão dos Estados Unidos ao Iraque (que jamais deteve armas nucleares) mas o recuo brusco nas ameaças bilaterais com a Coreia do Norte (país que detém artefatos nucleares e a possibilidade de lançá-lo a distâncias consideráveis, tendo em vista seu programa de foguetes). Entre esses dois países, a única diferença pode ter sido a posse ou não de artefatos. Pelo segundo prisma, pode-se afirmar que a ausência de um poder superior, mediador da atuação dos Estados, aumenta a incerteza dos países com relação às reais intenções e objetivos dos demais, impedindo assim avanços e eventuais concessões na balança de poder. Assim, pode-se aventar o temor do CSNU em aprovar um voto de confiança aos persas e com a obrigação de arcar com os custos, no futuro, de uma deterioração na estabilidade regional do Oriente Médio. A racionalidade é a premissa que assegura o equilíbrio da balança de poder, pois os Estados pesam os altos custos de atacar ou intervir em um adversário forte. Saint Pierre (2010) discorre sobre dois tipos de dissuasão: a nuclear e a convencional. Todavia, esse conceito pode tornar-se híbrido de forma que a nuclear, provocada pela possibilidade da Mútua Destruição Assegurada pode transformar-se na convencional quando o outro país não possui um vasto arsenal nuclear, mas apenas um número reduzido de ogivas com capacidade de atingir o território do agressor:

A segunda é relativa e se fundamenta em percepções. Trata-se de convencer o adversário de que sua tentativa de agressão pode resultar em uma derrota estrondosa ou custo insuportável, e dessa maneira dissuadi-lo de qualquer intento de invasão. Essa estratégia foi o fundamento do equilíbrio de poder que estabilizou a balança europeia desde a Paz de Westfália. (Saint-Pierre, 2010, p. 46)

Diante dessa perspectiva, percebe-se um esforço das potências nuclearizadas visando à cristalização do conhecimento nuclear sob o discurso de promoção da paz mundial, quando na realidade pode vir a carregar em seu âmago o objetivo não

declarado de manutenção da hegemonia e da balança de poder. Tal discrepância já foi contestada por diversos integrantes do sistema internacional e citada por autores:

A divisão embutida no tratado entre Estados nuclearmente reconhecidos e Estados que estão comprometidos em permanecerem não nucleares foi considerada uma afronta a todos os países em desenvolvimento. Os BICs (Brasil, Índia e China) caminharam enormemente da postura crítica inicial em direção ao endosso da não proliferação. Todavia, eles se mantêm sensitivos para qualquer insinuação de hierarquia da não proliferação, particularmente tentativas dos Estados Unidos ou outras potências para imputar novas obrigações sem consenso multilateral. (Kahler, 2013, p. 717)

Ressalta-se que tal movimento não deve ser enxergado como ilegítimo, pois os Estados estão sempre buscando ampliar seu poder e segurança, muitas vezes em detrimento do poder e segurança dos demais, cabendo aos demais Estados tomar medidas para contrabalancear essas ações. Numa visão realista, ceder poder a outro significa abrir mão de uma parcela do próprio poder, resultando em uma equação de “soma-zero”, um conceito de balança de poder. Esse círculo retroalimentado cujo componente estrutural principal é a anarquia acaba por gerar incerteza e insegurança, levando enfim ao dilema da segurança, de forma que toda vez que determinado Estado aumente sua própria segurança, causa mais insegurança no sistema. Autores defendem que a incerteza é o cerne da maioria dos problemas em relações internacionais:

No contexto de Relações Internacionais, a condição existencial da incerteza significa que os governos (seus tomadores de decisão, planejadores militares, analistas de política externa) nunca podem ter 100% de certeza sobre a situação atual, motivos futuros e intenções daqueles capazes de prejudica-los no sentido militar. Chamamos essa situação de *certeza insolúvel* e a vemos no centro da hierarquia que compõe o dilema de segurança. (Booth e Wheller, 2008, p. 145, tradução nossa)

Adicionalmente, mesmo que aceitas as intenções pacíficas do Irã (e do Brasil), é possível que, para os tomadores de decisão das potências nuclearizadas, esteja considerado no cálculo estratégico que um maior número de Estados dominando a tecnologia nuclear representa maior instabilidade no sistema (embora, conforme já citado no subtítulo 1, não haja consenso entre os autores a respeito dessa correlação). Tal possibilidade é aventada por Booth e Wheller ao discorrerem sobre

os dilemas da segurança do século XXI, citando que a multiplicação de instalações nucleares civis (como usinas de energia), acelerada pelo esgotamento dos combustíveis fósseis em um número cada vez maior de Estados, irá facilitar a transição de um Estado que utiliza a energia nuclear para fins pacíficos para um com armas. Nesse cenário, as consequências podem ser nefastas:

Se, como dilemas resultantes da interpretação [da intenção dos demais Estados] os Estados começarem a se proteger contra o colapso do TNP, o resultado será uma profecia auto-realizável de repartição do regime. Isso multiplicará a gama de riscos nucleares, incluindo guerra acidental, “armas nucleares perdidas”, empreendedorismo nuclear, aquisição por terroristas, guerra nuclear inadvertida, crises resultantes de armas não nucleares rapidamente escalando para o estado nuclear (especialmente em situações regionais tensas) e os problemas entre novas nações nucleares sem arranjos sofisticados de comando e controle. (Booth e Wheller, 2008, p. 145, tradução nossa).

Assim, essas podem ser as razões da resistência, por parte do Grupo de Viena, em aprovar o acordo costurado por Brasil e Turquia. Já no cenário brasileiro, percebe-se um alinhamento dos objetivos propostos pela política externa de maneira ampla, como o universalismo e a promoção da estabilidade internacional, com as propostas da Declaração. Na mesa de negociação, o Brasil lembrou ao Irã a necessidade de também ceder em alguns aspectos e retornar ao convívio das nações estrangeiras, evitando o isolacionismo, buscando uma fórmula de ao menos aliviar as dúvidas do Ocidente com relação ao programa nuclear iraniano, evitando assim novas medidas punitivas (Amorim, 2015). O apego aos sistemas multilaterais e acordos firmados também foi ressaltado pelo então chanceler à época da intermediação:

De maneira a não deixar dúvida, foi transmitida a mensagem de que, embora desaprovasse as sanções, que considerava contraproducentes, o Brasil em linha com seu tradicional apego ao sistema multilateral, não deixaria de cumprir as determinações das Nações Unidas. Quanto às medidas unilaterais, não nos sentíamos obrigados por elas. Reconhecíamos, entretanto, que, do ponto de vista prático, tinham reflexos negativos em algumas áreas importantes de potencial cooperação, como energia e petróleo, uma vez que empresas brasileiras com operações nos Estados Unidos e na União Europeia temiam sofrer algum tipo de retaliação. Essa preocupação valia, inclusive, para empresas estatais, como Petrobras e o Banco do Brasil, já que em larga medida eram guiadas por considerações de natureza econômica e comercial mais do que política (Amorim, 2015, p. 42).

Ademais, o histórico pragmatismo da política externa brasileira mostrou sua faceta mais uma vez, ao posicionar-se de maneira favorável a um parceiro comercial cuja balança comercial historicamente pende em favor do Brasil. Para o país, não era interessante que o Irã sofresse mais sanções, limitando sua capacidade de pagamento e transações comerciais. Tal objetivo está claro no depoimento do chanceler Amorim:

É possível que estivesse presente algum representante da área econômica ou Banco Central, pois um dos pontos de grande interesse dos iranianos – e também dos nossos exportadores – consistia na criação de um arranjo de pagamentos que permitisse contornar os bloqueios unilaterais impostos pelos Estados Unidos e, em alguns casos, pela União Europeia. Noto – embora volte a frisar que nosso interesse principal no diálogo com o Irã ultrapassava o aspecto comercial – que as exportações brasileiras vinham crescendo exponencialmente. (Amorim, 2015, p. 40)

Adicionalmente, o Brasil também se apoiou mais uma vez no juridicismo. O cerne do Direito Internacional reside nos interesses compartilhados, regras e instituições supranacionais. Ao voluntariamente limitar sua soberania, os Estados buscam tratamento isonômico e garantia de estabilidade no próprio arcabouço do sistema. As nações participantes de acordos internacionais esperam, ao limitarem voluntariamente sua soberania em prol de garantias de respeito futuro ao pactuado, a manutenção do seu direito sem constrangimentos dos demais atores.

Qualquer que seja a posição do analista quanto ao papel da norma no âmbito internacional, sua existência e influência sobre o comportamento dos atores não pode ser negada. A vida internacional se desenrola no seio de um universo normativo de características explícitas (tratados, organizações internacionais) e implícitas (costumes, associação prática). Mais do que isso: este universo está em contínua e inequívoca expansão. (Mendonça, 2012, p. 52)

Observa-se, diante dos conceitos expostos, que foi coerente a decisão do Brasil em intermediar o acordo. Apesar do sucesso ou fracasso da empreitada, não foi um movimento anômalo quando confrontado com a perspectiva histórica. No caso estudado, a diplomacia brasileira, embasada na chancela técnica da AIEA, acreditou no programa nuclear iraniano e em suas intenções pacíficas. Tratou-se de uma incursão brasileira em uma seara cujo cálculo estratégico nem sempre é exato. Devem ser levadas em conta as capacidades nacionais e as estratégias de influência



na governança global. O Brasil, sendo um Estado com pouco poder militar relativo quando comparado às grandes potências<sup>11</sup> - realidade ocasionada por severas e sucessivas restrições orçamentárias e crises financeiras prolongadas - depositou, no episódio, suas apostas no *Soft Power*. Para Wahler (2013), apenas peso econômico e capacidades militares não são diretamente traduzidos em capacidade usável para influenciar as instituições na governança global. Para o autor, ao analisar os BRICS, a rápida expansão do mercado consumidor interno e suas economias voltadas para as exportações são as fundações primárias para aumentar sua barganha internacional. Já na questão da não-proliferação, dominar a tecnologia nuclear como uma potência “quase-nuclear” garantiria a alavancagem para, ao menos, forçar um ajuste no regime internacional. Ocorre que o Brasil, ao apoiar-se exclusivamente no *soft power*, não obteve êxito em influenciar os membros do Conselho de Segurança da ONU ou até mesmo forçar uma postura diferente. O assunto nuclear é, provavelmente, a mais sensível das questões, possuindo enorme poder de dissuasão e capacidade de deslocar o equilíbrio de poder em regiões inteiras. O *Soft Power* brasileiro, traduzido no bom trânsito entre os diversos corredores diplomáticos e desempenho positivo em foros multilaterais, pregando a paz mundial, não trouxe elementos com força suficiente para pressionar as grandes potências pois o nível de influência de determinado Estado em um regime depende da sua influência relativa em função daquele tema, de forma que uma nação não-nuclear pouco influencia as decisões a respeito de matéria nuclear.

Sob outro prisma de análise, não há ingenuidade na diplomacia brasileira. Até mesmo para um país dito pacifista, a crença na paz tem seus limites. Em um sistema anárquico, o dilema de segurança é uma possibilidade que não pode ser descartada. Caso ele pudesse ser eliminado prontamente, não seria mais necessária a manutenção de diversas estruturas voltadas para a defesa nacional como o Exército Brasileiro, ou a destinação de recursos do escasso orçamento para a aquisição de novos equipamentos de guerra, como no caso dos caças Gripen ou o investimento no

---

<sup>11</sup> O Brasil figura na 13ª posição do ranking mundial de maiores orçamentos militares. Apesar de não ser uma posição irrelevante, está atrás dos membros do Conselho de Segurança da ONU ou ainda outros países com menor extensão territorial e população, como Coreia do Sul e Austrália. Trends in World Military Expenditure, 2016. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf> Acesso em: 20 fev. 2019

desenvolvimento do submarino movido a propulsão nuclear. Essas instituições e esses elementos não existem porque o conflito é inevitável, mas porque ele pode ocorrer. No contexto internacional atual, embora seja declaradamente um objetivo global, a paz e estabilidade mundial são quase que diariamente afetadas por crises em busca de recursos, projeção de poder, manutenção de poder e sobrevivência. Em um difícil e inexato exercício de previsão do futuro, a tendência é que as tensões se agravem, considerando o aumento populacional mundial e a diminuição dos recursos disponíveis. O Brasil advoga, para si e para as demais nações, o direito de se defender nos momentos nos quais as vias diplomáticas eventualmente falharão. Elementos de dissuasão possuem o poder de fornecer a elasticidade necessária à via diplomática antes da guerra efetiva. Assim, desenvolver certas tecnologias sem ingerências externas e com o intuito de utilizá-las para fins pacíficos (como geradores de energia) e até mesmo bélicos, ainda que indiretamente, a exemplo da tecnologia nuclear utilizada em propulsão de submarinos<sup>12</sup>, torna-se imperioso como componente forte o suficiente para impor um custo tão elevado ao agressor que o dissuadirá a não agir. Nessa perspectiva, enquadra-se o realismo defensivo, pertinente àquelas nações que não buscam a hegemonia mundial, mas reforçar a sua própria segurança:

Ao contrário de Morgenthau, Waltz não assume que grandes potências são inerentemente agressivas porque elas foram infundidas pela vontade de poder; ao contrário, ele começa assumindo que os Estados simplesmente buscam sobreviver. Acima de tudo, eles buscam segurança. (Mearsheimer, 2001, p. 10, tradução nossa).

O conceito de poder defensivo também é explicado por outros autores, que o definem no desejo de um Estado “salvaguardar sua autonomia, manter seu próprio estilo de vida, não aceitar que suas leis internas ou ações externas sejam subordinadas ao desejo de outros países.” (Gueraldi, 2006, p. 31). Reside na diferenciação central entre as “pequenas e grandes potências”, sendo que aquelas

---

<sup>12</sup> “O submarino nuclear pode ficar submerso vários meses, dependendo da resistência de seus tripulantes, além de outros itens muito importantes, como velocidade, e a questão dos seus sensores, que são muito mais apurados.” Lopes, Roberto. Submarino nuclear made in Brazil: por que não, mas e o dinheiro? Disponível em: < <https://br.sputniknews.com/defesa/2018060611404658-submarino-nuclear-brasil-tecnologia/>> Acesso em: 31 jan. 2019

geralmente só exercem o poder defensivo, procurando sobreviver como centros de decisões livres, enquanto essas desejam a capacidade de atuar sobre outras unidades políticas, convencê-las ou constrangê-las, buscando a iniciativa de fazer alianças ou liderar coalizações (Gueraldi, 2006). Assim, ao defender a possibilidade do uso da tecnologia nuclear em favor do Irã, é possível afirmar que o Brasil o fez reflexivamente para si próprio, estando ambas as nações cumprindo uma série de obrigações previstas no TNP de forma atestada pela AIEA, mas ambos, em algum momento, em maior ou menor grau, passando por constrangimentos internacionais para acabar com seus programas de desenvolvimento nuclear, em razão de limitações impostas às inspeções externas, baseadas na premissa da soberania nacional.

Por derradeiro, restou certa resignação ao chanceler Amorim, pela frustração do acordo costurado durante meses a fio, diante das barreiras externas, plenamente compreensíveis no “grande jogo de poder internacional”, mas inesperadas no âmbito interno:

[...] as tentativas que fizemos eram em geral consideradas uma intromissão desnecessária e perigosa em temas que não nos diziam respeito. Eu me perguntava (e ainda me pergunto) a razão desse apego a uma posição secundária e de dependência. [...] De certa forma, é como se temêssemos assumir os ônus, que são uma decorrência natural do crescimento e da maturidade, e preferíssemos viver ao abrigo de uma metrópole, real ou imaginária, ainda que isso custe o abandono de oportunidades e o sacrifício de interesses. (Amorim, 2015, p. 103)

Percebe-se, nesse ponto, que nem mesmo o próprio país talvez estivesse preparado para assumir um maior protagonismo no cenário internacional naquele momento. “A agenda internacional começa a ser pautada pela agenda doméstica.” (Gueraldi, 2006, p. 59). Assim, apesar de determinadas ações diplomáticas serem tidas como as mais corretas para o grupo político atualmente no poder, é factível que a agenda política também sofre influências por parte de atores que não possuam ligação formal com o governo, principalmente por grupos de interesse, pela academia de ensino, pela mídia e pela opinião pública. (Gueraldi, 2006). É possível afirmar que a resignação de Amorim pouco tem a ver com arrependimento, mas primordialmente surpresa em enfrentar, além das dificuldades naturais do cenário externo, também barreiras domésticas.

## 6. Conclusão

A Declaração representou o ponto alto do momento de projeção internacional buscada pelo Brasil. Até hoje não há consenso entre os autores a respeito do sucesso ou fracasso da iniciativa turco-brasileira. Apesar de ser possível afirmar que houve sucesso na tentativa brasileira em buscar criar as bases necessárias para o aumento de confiança entre as partes e uma eventual retomada do diálogo do país persa com o Ocidente, a decisão do Grupo de Viena de rechaçar o acordo manteve o isolamento iraniano, a desconfiança da comunidade internacional e a tensão naquele Estado. Apesar de um acordo nuclear posterior, houve novo recuo por parte do governo Trump, o que demonstra que a questão ainda está longe de ser resolvida.

Diante dos conceitos trazidos à tona pela revisão bibliográfica e do relato do então chanceler Celso Amorim, observa-se que a atuação brasileira foi alinhada com seus atributos históricos de política externa. O país atuou em defesa de um parceiro comercial cuja balança pende em favor do lado brasileiro, demonstrando o pragmatismo marcante da atuação nacional. Adicionalmente, ao apoiar-se nas cláusulas do TNP, cujo cumprimento foi endossado pela AIEA, o Brasil reforça seu juridicismo e apego aos sistemas multilaterais, em favor de si e dos demais participantes. Ao se posicionar de maneira inédita contra uma resolução proposta pelo Conselho de Segurança da ONU, demonstrou a defesa da soberania nacional de um Estado plenamente inserido no sistema internacional. Por derradeiro, pelo fato de ter passado por constrangimentos similares, é de interesse do Brasil o abandono das práticas discriminatórias promovidas pelas ditas potências nuclearizadas, de forma que esses comportamentos reiterados não sejam transformados em cultura padrão a ser seguida pelo sistema internacional.

A Declaração de Teerã foi possibilitada por uma conjuntura econômica ímpar experimentada pelo Brasil, calcada numa pujança econômica embasada em um mercado consumidor ávido e na elevação do preço das *commodities*. Essa conjuntura possibilitou ao país direcionar recursos para uma efetiva criação de agenda internacional capitaneada por uma diplomacia presidencial. Esse período marcou uma inserção internacional agressiva e forte protagonismo em questões antes reservadas apenas às grandes potências, em um caso específico agravado pela histórica ausência de legitimidade desses atores para intermediar as questões do

Oriente Médio. Nesse contexto, o país buscou uma maior projeção internacional, mas não de maneira irresponsável, sendo suas decisões guiadas por seus atributos históricos, pautadas por pareceres técnicos e em mecanismos previstos de antemão pelo próprio sistema internacional.

A incerteza presente no sistema de nações, oriunda majoritariamente da anarquia, pode ter contribuído decisivamente para a rejeição do acordo. Faltou ao país identificar resistências dentro dos círculos políticos das demais nações e costurar apoios paralelos. O aparato burocrático da diplomacia brasileira não acompanhou o *timing* da diplomacia presidencial. Adicionalmente, o cálculo estratégico brasileiro hipertrofiou o poder brando em detrimento do poder duro, de maneira que a mera visibilidade brasileira no período e sua pujança econômica não foram suficientes para forçar uma aceitação internacional.

Assim sendo, conclui-se que a atuação da diplomacia brasileira no episódio quando confrontada com seus atributos e atuação histórica foi coerente. Apesar de a conjuntura ser única, não foram identificadas anomalias na maneira de condução das ações, que foram pautadas em características preexistentes na política externa brasileira, buscando atender a seus objetivos gerais e específicos.

Em Relações Internacionais, nunca uma única variável isolada constrói o resultado. Trata-se de um campo com alto grau de subjetividade, objetivos declarados ou não declarados, pressões de diversos atores e consequências variadas, sendo esses os possíveis fatores que levaram a um resultado diverso do esperado pela diplomacia nacional.

## 7. Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. Brazilian Diplomatic Thought: Methodological Introduction to the Ideas and Actions of Some of Its Representatives. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Brazilian diplomatic thought: policymakers and agents of foreign policy (1750-1964)**. Brasília: FUNAG, 2016. Cap 1, p. 19-41

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva**. São Paulo: Benvirá, 2015.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (1993-1995, 2003-2010: Celso Amorim). **Global Zero: A World Without Nuclear Weapons**. Paris, 2 fev. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/10138-palestra-do-ministro-celso-amorim-por-ocasio-da-reuniao-de-cupula-da-organizacao-global-zero-a-world-without-nuclear-weapons-paris-2-de-fevereiro-de-2010>. Acesso em: 08 mai. 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 6.703, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008. **Aprova a Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília, DF, dez 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm) >. Acesso em: 08 mai. 2018.

BRASIL. Presidente da República (1995-2003: Fernando Henrique Cardoso). **Discurso por ocasião da cerimônia de assinatura da Mensagem que envia o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares ao exame do Congresso Nacional**. Brasília, 20 jun. 1997. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1997/20-de-junho-de-1997-discurso-por-ocasio-da-cerimonia-de-assinatura-da-mensagem-que-envia-o-tratado-sobre-a-nao-proliferao-de-armas-nucleares-ao-exame-do-congresso-nacional> Acesso em: 17 mai. 2018.

BOOTH, Ken, WHELLER, Nicholas J. Uncertainty. In: WILLIAMS, Paul D. **Security Studies: An Introduction**. Oxon: Routledge. 2008. Cap 10, p. 133-146

CERVO, Amado Luiz. **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora UnB, 1994.

ETCHENGOYEN, Sérgio. **50 anos do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares**. Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2018. Disponível em: <<http://fundacaofhc.org.br/iniciativas/debates/50-anos-do-tratado-de-nao-proliferao-de-armas-nucleares>> Acesso em: 28 jan. 2019.

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. **A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Noites tropicais: o Brasil e a nova era da não proliferação e do desarmamento nucleares (2003-2010). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 43-57, Oct. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

44782012000300003&lng=en&nrm=iso>. access  
on 08 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000300003>.

KAHLER, Michael. **Rising Powers and Global Governance: negotiating change in a resilient status quo**. International Affairs 89, p. 711-729, 2013.

LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. spe, p. 115-131, Dec. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300007&lng=en&nrm=iso)>. access  
on 06 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000300007>.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. spe, p. 29-41, 1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300003&lng=en&nrm=iso)>. access  
on 08 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291998000300003>.

MEARSHEIMER, J. J.. **The tragedy of great power politics**. W. W. Norton Company, 2001. Disponível em:  
<https://samuelbhfauredotcom.files.wordpress.com/2015/10/s2-mearsheimer-2001.pdf>  
Acesso em: 17 jul 2018.

MENDONÇA, B. M. **O conceito de sociedade internacional na teoria de relações internacionais contemporânea**. Universidade de Brasília, 2012. Disponível em:  
[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10714/1/2012\\_Bruno%20Macedo%20Mendonca.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10714/1/2012_Bruno%20Macedo%20Mendonca.pdf) Acesso em: 18 jul 2018.

MRE. Divisão de Inteligência Comercial. **Sumário Executivo das Relações Comerciais com o Brasil. Brasil x Irã**. Brasília, DF, out 2016. Disponível em:  
<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/SUMIraOUT2016.pdf> Acesso em: 11 mai. 2018.

MDIC. Comércio entre Brasil e Irã deve chegar a US\$ 5 bilhões nos próximos anos, afirma Marcos Pereira. Brasília, DF, nov 2016. Disponível em:  
<http://www.mdic.gov.br/noticias/2098-comercio-entre-brasil-e-ira-deve-chegar-a-us-5-bilhoes-nos-proximos-anos-afirma-marcos-pereira> Acesso em: 11 mai. 2018

PEIXOTO, Fabrícia. Para Amorim, é “impossível” para Irã atender a exigências. BBC Brasil, 2010. Disponível em: <  
[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100416\\_amorim\\_iran\\_rc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100416_amorim_iran_rc)>

PIMENTEL, José Vicente de Sá (editor). **Brazilian diplomatic thought : policymakers and agents of foreign policy (1750-1964)** – Brasília: FUNAG, 2016.

RAVISON, Raquel Jainechine. **O Programa Nuclear Persa e a Comunidade Internacional, a Declaração de Teerã (2010) e o Plano de Ação Conjunta de Genebra (2013)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da; PEREIRA, Pérola Mourão de Souza Sardo de Abreu. Iran Talks: Das Palavras aos Atos. A Declaração de Teerã e o Plano de Ação Conjunto de Genebra em Perspectiva. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 36, n. 2, p. 655-682, Dec. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292014000200655&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000200655&lng=en&nrm=iso)>. Access on 08 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292014000200011>

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. “Foi um erro ter assinado o acordo nuclear”. *Gazeta do Povo*, 2010, Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/foi-um-erro-assinar-o-acordo-nuclear-03nisjobxnhhdv757r15sfwpa/>> Acesso em: 28 jan. 2019

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Grandes tendências da segurança internacional contemporânea. Em: JOBIM, Nelson. **Segurança Internacional. Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SILVA, Alexandre Pereira. **Revista de Informação Legislativa - Os princípios das relações internacionais e os 25 anos da Constituição Federal**. Brasília, out/dez. 2013. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril\\_v50\\_n200\\_p15.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril_v50_n200_p15.pdf) Acesso em: 09 mai. 2018

SPEKTOR, Matias. The evolution of Brazil’s nuclear intentions, *The Nonproliferation Review*. Georgetown University, 2016. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/7317d9\\_83075784478f4e50a07a685e19628ceb.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7317d9_83075784478f4e50a07a685e19628ceb.pdf) Acesso em: 03 mai. 2018